

Em Salvador, Barroso fala sobre eleições e critica ataques ao STF

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER E AGÊNCIAS

Em Salvador ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, pediu que o resultado das eleições seja respeitado. “Eles têm repetido que Supremo é o povo. E é isso mesmo. Soberania popular significa a supremacia da vontade do povo, que se manifesta nas eleições. (...) O resultado tem que ser respeitado. Não adianta apelar para quartéis e não adianta apelar para seres extraterrestres. Isso é antidemocrático”, disse Barroso, durante uma palestra para estudantes na sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA).

“Mas eu, como todas as pessoas, tenho o maior respeito e consideração pelas 58 milhões de pessoas que votaram em um candidato. Porque, como eu disse antes, a democracia não é um modelo de ‘alguns’, é o governo de todos e, portanto, todos merecem respeito e consideração, mas os humanos têm o direito de perder a paciência em alguns momentos da vida”, acrescentou.

Barroso ainda lembrou do episódio recente em que respondeu “perdeu, mané, não amola” a um bolsonarista que o questionou sobre as urnas eletrônicas brasileiras. O caso aconteceu em Nova Iorque, nos Estados Unidos, onde ele participou do Lide BrazilConference, evento organizado pelo Grupo de Li-

deres Empresariais. “Eu humanamente perdi a paciência. Gostaria de dizer que só perdi a paciência depois de três dias, em que uma horda de selvagens andava atrás de mim, me xingando de todos os nomes que alguém possa imaginar”, afirmou.

Barroso condenou os ataques aos ministros e à Corte. “A civildade e a integridade vêm antes da ideologia. Nós não podemos naturalizar a barbárie ou à selvageria”, disse ele.

“Através dos meios tecnológicos, você tem como detectar que um comportamento está sendo artificialmente multiplicado por computadores ou por trolls. Não pode pedofilia na rede social, não pode vender droga na rede social, não pode vender arma, não pode articular ataques



EM SALVADOR ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, pediu que o resultado das eleições seja respeitado

antidemocráticos para tocar fogo no Supremo e agredir os ministros. Pode discordar dos ministros? Pode, e muito. Pode achar o Supremo péssimo? É um direito que as pessoas têm. Mas, não gostar de uma pessoa não dá o direito de atacar alguém fisicamente, de dar

um tiro ou quebrar um órgão público. A liberdade de expressão não autoriza a violência, não autoriza a agressão. É muito fácil traçar essa linha, é só ter um pouco de boa-fé nessa vida. A mentira deliberada, evidentemente, não pode ser uma forma legítima de argumentar. (...)

Há espaços para todos. Mas uma causa que precisa de ódio, de mentiras, de teorias conspiratórias, não pode ser uma causa boa”, emendou.

Bolsonaristas tinham planejado fazer um protesto contra o ministro ontem na sede do TRE-BA.

SALVADOR

Vereadores conduzem audiência pública sobre IPTU

Foto: Reginaldo Ipê/CMS



O VEREADOR Edvaldo Brito conduziu ontem uma audiência pública sobre o IPTU de Salvador

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O IPTU de Salvador voltou a causar embate entre governistas e oposição. O vereador Edvaldo Brito (PSD) acusou ontem a prefeitura da capital baiana de reajustar os valores do imposto de forma “ilegal”. O opositor criticou o acréscimo de 11% no tributo.

“Nenhum ser humano recebeu reajuste nos seus vencimentos, a não ser quem está na ciranda financeira, no tal mercado, nenhum recebeu 11% de aumento em nada”, disse Edvaldo Brito, em entrevista à rádio Metrôpole. “O prefeito (Bruno Reis - União) em 2021 tinha que

ter mandado a Planta Genérica de Valores. Determinação da lei. Ele não mandou. Esse IPTU de hoje, que vou discutir, é ilegal mexer porque não há Planta Genérica de Valores estabelecendo o valor unitário padrão de cada imóvel”, acrescentou.

Edvaldo Brito disse ainda que o prefeito Bruno Reis tem maioria suficiente para aprovar o reajuste na Casa Legislativa, e só uma pressão da sociedade pode impedir o aumento. “Eu quero que o povo de Salvador saiba o que está acontecendo dentro da Câmara, dentro da administração do município de Salvador. Isso que me interessa”, afirmou. Líder do governo na Câmara de Salvador, o vereador

Paulo Magalhães Júnior (União Brasil) disse que os adversários tentam “criar factoides” ao discutir o IPTU da capital baiana.

“Querem tumultuar, como sempre fazem quando esse assunto é discutido. O prefeito já falou que não vamos ter aumento de IPTU. O que a prefeitura já faz há oito anos é aplicar a inflação do período; apenas isso”, apontou.

O vereador ressaltou que o projeto que tramita atualmente na Câmara Municipal limita esta correção do tributo à inflação pelos próximos dois anos, além de atualizar a faixa de isenção do imposto para a população de baixa renda. “O projeto faz justiça tributária, já que a partir de agora ficarão isentos do IPTU

imóveis de até R\$ 125 mil”, disse.

Também afirmou que, ao contrário do que diz a oposição, Salvador não tem o maior IPTU do Brasil. “Somos a quarta maior capital do país e estamos na 12ª posição na lista de maiores IPTUs per capita do país”, pontuou. Paulo Magalhães salientou ainda que a gestão municipal está aberta ao diálogo no debate de qualquer projeto de sua autoria no Legislativo. “No entanto, estaremos sempre atuando com a convicção de manter o que vem sendo praticado em relação ao IPTU na cidade. Quem pode, paga mais. Quem pode menos, paga menos. E quem não pode não paga nada”, concluiu.

Antonio Brito defende furar teto para sustentar Bolsa Família

O parlamentar destacou ainda que a Bahia foi fundamental para a eleição de Lula

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O deputado federal Antônio Brito (PSD), integrante do conselho político do Governo de Transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), defende que o Bolsa Família seja recriado pelos próximos quatro anos - ainda que, para isso, a nova gestão fure o Teto de Gastos.

“Sou um defensor do Bolsa Família, com 600 reais e votei favorável a isso. Inclusive, votei pela continuidade do Bolsa Família. O Teto de Gastos é fundamental pelo controle da dívida pública e controle dos gastos públicos. Mas todo o gasto social é fun-

damental para esse momento que estamos vivendo, de desemprego e vulnerabilidade da população”, declarou.

“Esse investimento volta, na medida que você investe na economia. Em diversos bairros de Salvador, você vê economias locais sendo mantidas por programas de transferência de renda”, emendou. A declaração foi dada em uma audiência pública para debater o IPTU de Salvador, ontem, na Câmara Municipal.

Ainda na entrevista, ele falou sobre o diálogo para que o PSD esteja na Esplanada dos Ministérios a partir de 2023: “Nós fomos designados pelo presidente Gilberto

Kassab, após um convite da deputada Gleisi Hoffmann e do presidente Lula, para compor o conselho político do Governo de Transição. São 14 partidos que estão no conselho, incluindo o PSD a partir do que nós representamos. E a partir daí fazemos um amplo debate sobre os 31 subgrupos que estão montados em diversas áreas”.

“Também foi designado ao senador Otto Alencar e toda bancada federal para tratar, não só de ocupação de espaços e políticas públicas, como a contribuição da base de sustentação no Congresso Nacional. Como também a questão da PEC do Bolsa Família, que é a PEC desse momento. Então, essas são

as metas e missões iniciais”, explicou.

Ele destacou ainda que a Bahia foi fundamental para a eleição de Lula e que os baianos devem ter grande representação na equipe presidencial a partir de 2023. “A Bahia tem sido referência nacional no campo da reeleição do presidente Lula. A Bahia tem que ter representação ativa e presente no próximo governo federal do presidente Lula”, ressaltou.

O impacto total da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição formulada pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva pode chegar a R\$ 203 bilhões em despesas fora do teto de gastos no próximo ano.



O DEPUTADO federal Antônio Brito (PSD) defende que o Bolsa Família seja recriado pelos próximos quatro anos

Câmara debate PL que garante igualdade entre Uber e Táxi



O AUTOR da proposta, vereador Átila do Congo, defende melhores condições para motoristas

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador (CMS) está analisando um PL (Nº 9.488/2019) que cria pontos exclusivos espalhados pela capital para motoristas de aplicativo, como Uber, InDriver e 99Pop. O tema causa polêmica há anos e é motivo de embate entre os trabalhadores liberais e taxistas.

O autor da proposta, vereador Átila do Congo (Patriota) enfatiza que os motoristas por aplicativo gozam o direito de circular livremente com total respaldo da regulamentação municipal, no entanto, é necessário adequar a mobilidade para evitar prejudicar

aquele profissional envolvido no exercício.

“A capital baiana não é diferente de outras metrópoles mundiais no que se refere ao uso dos aplicativos, a tendência de adesão é crescente e já sabemos que é uma modalidade de transporte particular que veio para ficar. Portanto, nada mais justo que oferecer total condição para que o fluxo do serviço não seja afetado e especialmente, não prejudique os motoristas e usuários. Tenho certeza que os pares da Casa vão contemplar essa demanda da melhor forma possível”, explica.

O parlamentar, que também é presidente do Sindicato de Motoristas por Aplicativo da Bahia (Simcopter), solicita

uma atenção da Transalvador e Secretaria Municipal de Mobilidade (Semob) para que o projeto possa beneficiar ambas as partes:

Após a tramitação, o texto será apreciado no plenário e, em caso de aprovação, segue para sanção do prefeito Bruno Reis (UB). “Essa medida será apreciada pelo legislativo, mas estamos completamente abertos a sugestões e apoio da gestão responsável pela implantação desses pontos. O interesse em favorecer o trabalhador tem que ser sempre prioridade”.

Psicólogos - Consolidando seu compromisso com os profissionais de Psicologia da capital baiana, o vereador e presidente da Comissão do

Trabalho, Emprego e Renda da Câmara Municipal de Salvador (CMS), Augusto Vasconcelos (PCdoB), comemorou a aprovação do Projeto de Indicação (PIN) nº 169/2022, que determina a viabilidade técnica de estudo para aplicação de uma jornada de 30 horas semanais para os trabalhadores da categoria que atuam no município. A votação ocorreu nesta última terça-feira (22), durante Sessão Ordinária.

Protocolado em junho deste mesmo ano, o projeto não é uma ação isolada do parlamentar, e decorre de uma série de encontros com as psicólogas e psicólogos de Salvador, que reivindicam melhoria nas condições de trabalho.